



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO
35ª CÂMARA

Registro: 2013.0000591239

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0022666-07.2008.8.26.0554, da Comarca de Santo André, em que é apelante ARLETE APARECIDA DOS SANTOS (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado JOSÉ MARIO PIRES SERRA.

ACORDAM, em 35ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores ARTUR MARQUES (Presidente sem voto), JOSÉ MALERBI E MENDES GOMES.

São Paulo, 30 de setembro de 2013.

Melo Bueno

RELATOR

Assinatura Eletrônica



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO
35ª CÂMARA

COMARCA: SANTO ANDRÉ

APELANTE: ARLETE APARECIDA DOS SANTOS

APELADO: JOSÉ MARIO PIRES SERRA

VOTO Nº 28016

ACIDENTE DE VEÍCULO – INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS - Culpa atribuída ao irmão do causador do acidente – Alegação de abuso de poder - Comprovação - Inexistência - Fatos não devidamente demonstrados nos termos do art. 333, I, do CPC - Ação improcedente - Recurso desprovido.

Apelação interposta contra a r. sentença de fls. 403/7, que julgou improcedente ação de indenização por danos morais e materiais, fundada em acidente de trânsito. Argumenta, em síntese, culpa do apelado pelos danos; o perito do IMESC concluiu pela incapacidade laboral; em 1988 o apelado exercia função de chefe da divisão do sistema viário; o Sr. Epeus era chefe na época da dispensa da apelante; o apelado usou de influência política para acobertar o acidente causado pelo irmão; as testemunhas informaram que a apelante estava próxima ao meio fio e na calçada; nexo causal entre o acidente e a influência do réu para esconder a culpa do irmão (fls. 409/4).

O recurso foi regularmente processado e respondido (fls. 418/2).

É o relatório.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO
35ª CÂMARA

A apelante foi vítima de acidente ocorrido em 28/06/1988, quando retornava a seu posto de trabalho, sendo violentamente atingida por uma moto que estava em alta velocidade na Rua Ramiro Corleoni, sofrendo vários danos, eis que fraturou o braço, fêmur, três costelas e rachou a bacia e o crânio. E, para sua surpresa, tomou conhecimento de que havia sido atropelada pelo irmão do seu chefe de departamento, ora apelado. Afirma que em consequência do acidente, passou a ser transferida para vários hospitais, e que por influência do seu chefe, foi novamente transferida ao Hospital Heliópolis, pois o diretor era pai de quem havia causado o acidente, e assim teriam controle da situação. Sustenta que ficou com muitas sequelas, recebendo benefício do INSS no valor de R\$70,00, tendo que viver de ajuda dos seus familiares, propondo a presente demanda.

Com efeito, nos termos do art. 186 do Código Civil, para que surja o dever de reparação, necessário se faz a comprovação de três pressupostos: o dano, o nexo de causalidade, e conduta culposa ou dolosa do ofensor.

Contudo, não restou demonstrado o nexo de causalidade entre os danos e a alegada conduta culposa do irmão do apelado, pressupostos essenciais à reparação pretendida. Tampouco restou comprovada a atuação do apelado no sentido de influenciar nas transferências de hospitais nas quais a apelante foi internada para tratamento das lesões. Ademais, conforme certidão de objeto e pé juntada às fls. 197, os autos do Inquérito Policial foram arquivados pelo não oferecimento de denúncia pelo Ministério Público por culpa da vítima, no caso, apelante.

Portanto, pelo conjunto probatório e pela dinâmica do ocorrido não há como, com a imprescindível segurança, concluir que houve abuso de poder do apelado em prejuízo da apelante.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO
35ª CÂMARA

Deste modo, não comprovando a apelante o nexo causal entre os danos e a influência do apelado para esconder a alegada culpa do irmão no sinistro, ônus que lhe competia e do qual não se desincumbiu, nos termos do art. 333, I, do CPC, é de rigor o desprovimento recursal, motivo pelo qual a r. sentença recorrida deve ser mantida pelos seus próprios e jurídicos fundamentos.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso.

FERNANDO MELO BUENO FILHO
Desembargador Relator